



Revista de Psicologia

ISSN: 2179-1740

revpsico@ufc.br

Universidade Federal do Ceará
Brasil

Galvão de Lemos, Joelma Galvão de Lemos; Coelho, Daniel Menezes Coelho
QUEM CONTROLA A INTERNET?

Revista de Psicologia, vol. 13, núm. 2, 2022, Julio-Diciembre, pp. 10-25
Universidade Federal do Ceará
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.13.2.2022.1>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702173204002>

- [Cómo citar el artículo](#)
- [Número completo](#)
- [Más información del artículo](#)
- [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Joelma Galvão de Lemos¹
Daniel Menezes Coelho²

Resumo

Por meio deste estudo teórico, é possível constatar que a Internet, criada inicialmente como uma rede que possibilitaria o acesso e a descentralização da circulação de informação, a viabilização da comunicação e, consequentemente, o acesso de todos às plataformas de informação, negócios, serviços e redes sociais online, não é uma rede aleatória, e as suas propriedades de funcionamento nos obrigam a reavaliar a ideia geral, segundo a qual a rede seria um espaço de liberdade de expressão, justiça, democracia e transformação social. Atualmente são as grandes empresas de tecnologia digital quem têm dominado a arquitetura da rede e ditado a maneira como esta deve funcionar, ocupando, assim, um papel econômico e político em nossa sociedade. Isso porque a grande maioria dos serviços públicos e privados, assim com a vida de cada um, tem sido atravessada pelo digital, o que provocava mudanças nas organizações sociais e, consequentemente, nos modos de subjetivação contemporânea.

Palavras-chave: Internet, redes sociais online, política, subjetividade.

Abstract

Through this theoretical study, it is possible to verify that the Internet, initially created as a network that would allow the access and decentralization of the circulation of information, the viability of communication and, consequently, the access of all to information platforms, businesses, services and online social networks, it is not a random network, and its operating properties force us to reassess the general idea, according to which the network would be a space for freedom of expression, justice, democracy and social transformation. Currently, it is the large digital technology companies that have mastered the architecture of the network and dictated the way it should work, thus occupying an economic and political role in our society. This is because the vast majority of public and private services, as well as the lives of each one, have been crossed by the digital, which caused changes in social organizations, and consequently in the modes of contemporary subjectivation.

Keywords: Internet, online social networks, political, subjectivity.

¹ Psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Social e doutoranda em psicologia no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS - Brasil. E-mail: joelmalemos@outlook.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7037-654>

² Professor da Universidade Federal de Sergipe e Professor permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe - Brasil. E-mail: daneil7377@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4286-6502>

INTRODUÇÃO

A Internet, rede que possibilita o acesso aos portais de informação, serviços público e privado, aplicativos financeiros e comerciais e o contatos entre seus usuários, hoje tão presente em nossas vidas, teve sua origem em um projeto político-bélico do governo americano. Este foi desenvolvido inicialmente sob as marcas dos movimentos sociais e políticos que ocorriam nas décadas de 1940, 1950, visto que muitos dos cientistas e pesquisadores civis envolvidos nesse projeto também trabalhavam nos centros universitários, marcados, nessa época, pelo movimento Contracultura¹. O projeto contou posteriormente com o envolvimento dos primeiros *hackers*, seguida da contribuição da iniciativa privada, que também desenvolvia, em seus laboratórios industriais, pesquisas de tecnologia em computação e que via na rede a possibilidade de ganhos financeiros (Loveluck, 2018). Na década de 1990, participaram do processo de privatização da rede realizado pelo governo americano, comprando algumas das principais operações da rede.

Essa apropriação da Internet pela iniciativa privada e a tecnologia desenvolvida desde então se aprimorou e, atualmente, é capaz de oferecer serviços e produtos ao navegador, bem como indicar perfis de pessoas para serem amigos *online*, logo após algum tempo de navegação do internauta na rede. Isso ocorre graças à arquitetura da Internet, aos algoritmos desenvolvidos que coletam todas as informações do usuário, o que demonstra que esta não funciona tão livremente como alguns imaginam. Essa arquitetura, de certa maneira, contribui para o convívio em bolhas, a alienação entre os membros destas e, conseqüentemente, para a resistência em conviver com a alteridade, bem como colabora para uma maior aparição dos discursos de ódio, racismo, xenofobia, machismo, entre outros. A tecnologia desenvolvida a partir da Internet se faz tão presente em nosso cotidiano que, muitas vezes, não nos damos conta, não percebemos, como ela, sutilmente, vem provocando mudanças na maneira como nos informamos e nos comunicamos, nos organizamos economicamente, politicamente e socialmente.

A REDE NÃO FUNCIONA ALEATORIAMENTE

A Internet foi pensada inicialmente como uma rede que possibilitaria o acesso e a descentralização da circulação da informação, a viabilização da comunicação e, conseqüentemente, o acesso de todos às plataformas², redes sociais e serviços *online*, dentre outros. No entanto, a rede que usamos atualmente não é bem como os ciberneticistas idealizaram, visto que esta não funciona aleatoriamente e as suas propriedades de funcionamento nos obrigam a reavaliar a ideia geral, segundo a qual a rede seria um espaço de liberdade de expressão, justiça, democracia, etc. Isso porque a topologia da Internet permite que apenas uma ínfima parte dos bilhões de documentos que a compõem sejam vistos (Barabási, 2002), e a navegação do internauta é constantemente monitorada por algoritmos (Loveluck, 2018; Morozov, 2018).

É de se supor, portanto, que o processo de privatização da Internet, iniciado a partir dos anos 1990, tal como nos referimos anteriormente, tenha sido implicitamente marcado por uma derrota daquelas posições dos egressos da Contracultura que a concebiam como uma possibilidade de ampliação dos espaços de democratização social e transformação da realidade para um mundo mais justo e equitativo. Se por um lado a rede não foi explicitamente configurada para ser apenas mais um instrumento do complexo militar-industrial ou de cumprir as previsões sombrias de Norbert Wiener (1954) de que os líderes políticos poderiam controlar a população manipulando o fluxo de

informações, por outro lado também foram sepultadas as esperanças de que as posições mais democratizantes e equitativas fossem consumadas.

O fato de que ela tenha sido apropriada pelo mercado capitalista no processo de sua privatização leva a crer que, a partir dos anos 1990, as discussões sobre as implicações sociais de sua arquitetura tenham sido substituídas pelo interesse e pelas necessidades da nascente indústria da informação, ou de como as grandes empresas de tecnologia, proprietárias de serviços *online* e tecnologia de mídia social *online* poderiam controlar os fluxos de informação em benefício do processo de acúmulo de capital. Em igual sentido, uma vez que o Estado havia abdicado da possibilidade de usar esse mesmo controle dos fluxos no sentido de controlar sociedades e indivíduos, e ou de usá-la para o bem comum de todos, abriu-se a possibilidade de que o processo de acumulação de capital propiciado pelo controle dos fluxos por parte das empresas fosse acrescentada a capacidade delas em exercer um poder político oriundo da rede. Ou seja, o funcionamento da rede paulatinamente passou a ser determinado em função do mercado de consumo que, por sua vez, é dominado pelas grandes empresas que surgiram para manejar e controlar o fluxo da informação, assim como para suggestionar o conteúdo e ou produto a ser consumido pelo navegador. Atualmente esse fluxo é dominado por um número reduzido de *hubs*³, que acabam desempenhando um papel decisivo na rede, de modo a direcionar o que o usuário irá acessar.

De acordo com Barabási (2002), a rede funciona como uma “teia sem aranha, auto-organizada, na qual a hierarquia de *hubs* assegura a coesão da estrutura” e que os nós com aptidão mais elevada são conectados com maior frequência (Barabási, 2002, p. 88). No entanto, precisamos trabalhar com as hipóteses de que esta não funciona aleatoriamente e de que, afinal, os proprietários desses hubs sejam as “aranhas” que organizam a hierarquia estruturante da rede. Um usuário pode acessar a Internet e até criar um *blog*, mas se esse *blog* não for conectado com outros *sites* e *blogs*, provavelmente não será acessado, pois os robôs que fazem as leituras, coletam os dados e os enviam aos usuários realizam a coleta de dados dos *sites* e *blogs* mais visitados, isto é, com maior conectividade com outros *links* (Barabási, 2002).

Dessa maneira, ocorre uma clusterização⁴ na rede, ou seja, um *hub* (Google, ou Amazon) está conectado a vários *links*⁵, e esses *links* são acessados por estarem ligados a outros *links* e por fazerem parte de um *hub*. Um *link* com poucas conexões com outros *links* praticamente não aparecerá ao usuário quando este fizer sua busca no Google (Barabási, 2002). O internauta, apesar de acessar e até de compartilhar conteúdos e de ter seu próprio *link*, não terá muitas visitas e acessos à sua produção se o seu *link* estabelecer poucas ligações com outros *links*.

A existência desses *hubs* e a evidência de que são eles que, de fato, controlam os fluxos de informação na rede são uma demonstração de que a “Web não seria fundamentalmente igualitária, mas em vez disso, seja dominada por um número reduzido de *hubs*, que desempenham um papel decisivo (tais como Amazon, ... [ou Google]) e por formas de distribuição bastante desiguais” (Loveluck, 2018, p. 206). Lessig (1999, p. 04, tradução nossa), além de deixar claro que o “ciberespaço, por si mesmo, não cumprirá as promessas de liberdade”, as quais seus criadores imaginavam, afirma que esta pode ainda tornar-se uma ferramenta perfeita de controle, pois a “arquitetura da rede irá aprimorar o controle e permitirá uma regulamentação extremamente eficaz” (Lessig, 1999, p. 04, tradução nossa). Flichy (2001) concorda em parte com Lessig (1999), pois, apesar de ter percebido que a rede não é assim tão democrática como todos tendem a acreditar, para ele a arquitetura da web é produto de dois substratos igualmente importantes: o código e as ações humanas coletivas que se aproveitam do código. Flichy parece acreditar que as

ações dos internautas possam interferir na maneira como a rede funciona, no entanto, é importante destacar que o usuário da Internet não tem poder de mudar o código, ou melhor, a arquitetura de funcionamento da rede.

Para alguns estudiosos como Lessig (2006), Lanier (2018) e Loveluck (2018), a atual arquitetura da rede e o seu funcionamento avaliam os internautas permanentemente, considerando tanto a sua presença na rede quanto a atenção que esses dão a determinado conteúdo. Há, inclusive, uma “análise dos movimentos musculares faciais automatizados [dos] consumidores, detectados por meio de sistemas de vigilância por vídeo acoplado a sistemas de análise algorítmica, a fim de detectar suas emoções como prazer, interesse, tédio, nojo”, etc. transformando tudo que é captado sobre o internauta em *data base* (Rouvroy & Berns, 2010, p. 11, tradução nossa).

E é por isso que as “manifestações ativas e performáticas da identidade são incentivadas pelos grandes atores da *web* na medida em que elas lhes permitem ... conhecer em melhores condições os seus usuários, além de engendrarem substanciais lucros a partir dessas informações” (Loveluck, 2018, p. 211). O fato de que parte dos dados pessoais coletados “não lhes foi confiada explicitamente, mas coletadas e armazenadas pelo serviço” (Loveluck, 2018, p. 211) e apanhados sem permissão ou conhecimento do navegador é uma demonstração de que a rede construída “aleatoriamente” pelos *hubs* está cumprindo um duplo papel: o de criar artificialmente os caminhos por meio dos quais as conexões serão feitas (orientando, portanto, os fluxos em um determinado sentido) e o de, ao mesmo tempo, coletar informações pessoais sobre os que acessam a rede.

Longe de ser uma rede auto-organizada e sem direções pré-fixadas, ela está atualmente configurada como uma rede onde os fluxos organizados e hierarquizados estão em função dos interesses comerciais e do poder dos *hubs* que a controlam, ou melhor, que controlam a permanente construção da sua arquitetura. Um *hub* pode, por isso mesmo, não somente orientar o sentido da navegação do usuário, mostrando a ele apenas o que interessa ao próprio *hub*, como, ao mesmo tempo, detectar e analisar todos os movimentos dos usuários ao longo da navegação. Consequentemente, é possível ao *hub* transformar cada movimento do usuário na rede em uma informação útil para o mercado de consumo ou para o acúmulo de poder. Isso porque tais dados, extraídos na maior parte das vezes sem o conhecimento e o consentimento dos navegadores, podem e são comercializados pelos proprietários dos *hubs* para empresas e grupos que tenham interesses comerciais e ou políticos.

O funcionamento do *Google*, por exemplo, demonstra como o internauta é levado a ver o que a plataforma lhe exhibe por meio das informações que ela coleta e armazena sobre o navegador. Os dados deste são adquiridos graças aos algoritmos que foram programados para “filtrar, classificar e priorizar a informação – e que são baseadas na coleta prévia dos vestígios deixados pelos usuários” (Loveluck, 2018, p. 221), ou seja, nada passa despercebido ao algoritmo, tudo é coletado, contabilizado, classificado e armazenado. E é a partir dos processos de coleta, análise, classificação e armazenamento desses dados recolhidos que a ferramenta de busca do *Google* aprimora a experiência de navegação particular de cada pessoa que o acessa e pode fazer o direcionamento da pesquisa. Sem prejuízo para o movimento de direcionamento da pesquisa, o *Google* também pode usar esses mesmos dados para influenciar as decisões de consumo e o discurso do navegador em seu meio social.

Esse “modelo de captação pode ser generalizado para outros atores da *web*, tais como as redes sociodigitais e nomeadamente o *Facebook*” (Loveluck, 2018, p. 221) e todos os dados coletados podem ser comercializados (Hiller, 2014; Han, 2018; Morozov, 2018). A partir dos algoritmos é possível também que dois internautas, ao pesquisarem no *Google* sobre um mesmo tema, aparecer-lhes conteúdos diferentes, como demonstrado por Eli Pariser (2011), ao

exibir o exemplo de dois navegadores ao realizarem uma consulta com a palavra Egito. Para um, apareceram sites de turismo no Egito e, para o outro, foram expostos dados sobre as questões políticas que ocorriam naquele momento no país. Pariser (2011) classificou esse fenômeno como “bolha de filtragem” (*filter bubble*).

Isso não ocorre apenas no *Google*, mas em outros sites e plataformas, como no *Amazon*, em aplicativos de redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, entre outros, em que aparecem na página do navegador apenas temas e conteúdos relacionados com suas últimas pesquisas e grupos sociais *online* dos quais participa.

Marck Zuckerberg, em 2011, chegou a revelar que, dependendo do perfil do usuário, o algoritmo pode mostrar a ele “um esquilo moribundo a frente da casa do internauta, caso isso correspondesse mais aos interesses momentâneos do internauta, do que a morte de pessoas na África” (Pariser, 2011.p15). Ou seja,

São os motores de busca e os múltiplos tipos de avaliação da internet que hierarquizam a visibilidade das informações, trazendo à tona determinados comentários e, ao mesmo tempo, ocultando outros. Ao decidir o que deve ser visto, eles estimulam ou desencorajam o confronto e a discussão, participam da construção da agenda pública e selecionam os bons interlocutores (Cardon, 2013, p. 4, tradução nossa).

Essa forma de operação demonstra como essas plataformas podem ser usadas para induzir e/ou impedir determinados comportamentos e discursos, haja vista que as visões do internauta são “suavemente reforçadas, exceto quando você é apresentado às mais irritantes versões de visões opostas, conforme calculado por algoritmos. Suave ou selvagem: o que for mais eficaz para manter” a atenção do internauta (Lanier, 2018, p. 102). “Os algoritmos da *Bummer* gravitam intrinsecamente no sentido de encurralar as pessoas dentro de bolhas, porque engajar um grupo é mais eficaz e econômico do que fazer isso com uma pessoa de cada vez” (Lanier, 2018, p. 102-103). Assim, o “debate se reduz a uma espécie de mercado de ideias” (Vedel, 2003, p. 14, tradução nossa), uma vez que os usuários têm suas perspectivas propositalmente limitadas, e isso pode também mudar a maneira como estes convivem com o outro, pois as poucas perspectivas contribuem para as dificuldades em aceitar e lidar com o outro, com aqueles que não compartilham os mesmos ideais. Alienados aos seus ideais e vinculados aos demais membros das bolhas *online*, das quais participam, por meio de uma identificação imaginária (Lacan, 1938, 1949), isto é, da vinculação com este outro, com os quais compartilham os mesmos ideais e em alguns casos, por meio de uma identificação simbólica, ou seja, uma identificação com os traços de um mesmo líder (FREUD, 1921), que é percebido na posição de Ideal de eu. Esses, muitas vezes, recusam-se a aceitar a alteridade e chegam a atacar o outro, o qual não reconhecem e, por conseguinte, não respeitam, por meio do discurso de ódio nas redes (Lemos, 2018) e nas ruas, como ocorrido durante as eleições de 2018.⁷

Kaufman (2020, p. 102) argumenta ainda que “os sistemas inteligentes das plataformas não visam, preferencialmente, a oferecer o conteúdo de melhor qualidade aos seus usuários, mas maximizar seu tempo de permanência na plataforma, promovendo e ampliando ao máximo as interações por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários.” Afinal, quanto mais tempo de interação nas redes, mais dados são gerados e coletados pelos algoritmos, favorecendo os negócios gerados a partir de *data base* (Kaufman, 2020). Alguns internautas chegam a reclamar de uma fadiga *online* causada pelo longo tempo de conexão. De acordo com Morozov (2018, p. 166), “essa fadiga pode ser explicada como uma consequência natural dos modelos extrativistas de dados adotados pelos provedores das plataformas”, afinal foram esses que “projetaram os sistemas para nos distrair ao

máximo". Eles escavam a psique dos navegadores, "tal como as empresas de petróleo escavam o solo; e os dados seguem jorrando de nossos reservatórios emocionais (Morozov, 2018, p. 166). Isso indica que elas, além das coletas de dados fornecidos pelo usuário, conseguem também capturar o que o sujeito pensa não ter revelado e usa esses dados, esses traços, despercebidos pelo usuário, mas rapidamente percebidos e capturados pelos algoritmos, para mantê-lo mais tempo conectado, ou poderíamos dizer, para induzi-los a permanecerem em sua rede, preso a sua teia de ilusão.

Parece evidente que o universo digital no qual todos navegamos hoje tenha plenamente incorporado em sua arquitetura os desígnios e as necessidades do mercado de consumo global capitalista criado a partir de sua ascensão. Evgeny Morozov (2018) defende, inclusive, que estamos assistindo à formação de um sistema "neofeudal", uma vez que "as grandes empresas de tecnologia desempenham o papel de novos senhores que controlam quase todos os aspectos de nossa existência e definem os termos do debate político e social mais abrangente" (Morozov, 2018, p. 161).

Já Shoshana Zuboff (2020) afirma que estamos vivendo uma era em que o capitalismo depende da exploração e do controle da natureza humana, via Internet e seus derivados, e não mais da natureza e seus recursos, como na era do capitalismo industrial e nomeia esse momento histórico de "Era do Capitalismo de Vigilância". Para esses autores, os internautas e seus sentimentos são a matéria-prima que alimenta esse sistema. Muitos não têm consciência disso, não sabem que são uma presa no emaranhado das teias dos *hubs*, os verdadeiros representantes do capitalismo, e que os alimentam com seus dados, com a demonstração de seus afetos na rede e com o seu tempo investido em várias horas de navegação.

No caso dos países totalitários, os navegadores e seus discursos são alimentados pelo sistema político implantado por meio de uma parceria público-privada e nas sociedades capitalistas, são as empresas de tecnologias e mídias digitais *online* que dominam e ditam como a rede deve funcionar, criando, de certa maneira, um novo sistema⁸ político nas sociedades democráticas, uma vez que elas têm dominado não apenas o mercado (Castells, 2013), mas têm, também, provocado mudanças nos processos eleitorais em países democráticos (Montesanti, 2018; O'Neil, 2020), na economia, nos meios de comunicação e informação, na oferta de serviços públicos e privados, nas relações sociais e culturais, de modo a fomentar, assim, uma nova subjetividade.

De acordo com Lacan (1938, p. 29), a "espécie humana caracteriza-se por um desenvolvimento singular das relações sociais, sustentado por capacidades excepcionais de comunicação mental e, correlativamente, por uma economia paradoxal dos instintos" e sua "conservação e o seu progresso, por dependerem de sua comunicação, são acima de tudo, uma obra coletiva e constituem a cultura" e "esta introduz uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica". Ou seja, a "subjetividade ocorre na relação da cultura e da instituição (em particular a linguagem), no cruzamento entre o corpo biológico e o social" (Gaspar; Silva Junior, 2014, p. 93). E é por isso que, ao estudarmos a história de um povo, de um país, vamos perceber subjetividades diferentes, pois elas se constituem atreladas aos costumes, aos hábitos, ao dialeto, ao modelo político e econômico que o sujeito vivencia.

Assim, podemos, ao analisar a presença da Internet, da tecnologia desenvolvida a partir desta, da maneira como é usada; da mídia digital e as relações via aplicativos de redes sociais *online*, perceber que a presença desta em nossa sociedade, em nosso cotidiano, tem provocado novas maneiras de comunicação social, de acesso à informação e novos meios de organização política, social e econômica (Castells, 1999, 2003, 2013). Ou seja, ocorreu

uma apropriação e um uso da rede em âmbito coletivo, mas também individual, o que ilustra uma tentativa de uso da rede não apenas como meio de mobilização política, social e econômica, de comunicação, informação e entretenimento, mas de agenciar um discurso e conseguirem, assim, ser protagonistas de sua própria história⁹ (Nemer, 2021).

São exemplos dessas mudanças: a exibição da vida privada nas várias redes sociais *online* por parte de alguns navegadores, bem como a comunicação com os amigos por essas redes; o grande número, no Brasil, de usuários dos aplicativos de mensagens como *WhatsApp*¹⁰, que é usado não apenas como um meio de contactar com o outro, mas como ferramenta política, como vimos nas eleições de 2018, em que um dos candidatos, com menor tempo de televisão, elegeu-se realizando a maior parte de sua campanha apenas nas redes sociais; o número de pessoas que preferem a comunicação por mensagens por meio das redes sociais *online* e ou aplicativos a ligações telefônicas (Naísa, 2019) e até a viabilização de um ganho financeiro com vídeos engraçadinhos como os que ocorrem no *TikTok*¹¹ e ou vídeos do *YouTube*¹²; os negócios e transações comerciais, assim como o acesso aos serviços públicos e privados e a nova forma de organização dos movimentos sociais, como as Jornadas de Julho de 201, que aconteceram em várias cidades do Brasil e foram organizadas através das redes sociais *online*.

Essa apropriação e ampliação do uso individual e coletivo da Internet em nosso dia a dia e o lugar ocupado por tal tecnologia em nossa sociedade, tem provocado mudanças subjetivas nos modos de interação entre os usuários da rede, bem como com as instituições públicas e privadas, principalmente em relação ao *establishment* político, visto que elas têm sido marcadas pela relação individualista entre cidadão e político, estabelecendo uma relação mais personalista e enfraquecendo, de certa maneira, as instituições políticas tradicionais (Miguel, 2013; Fratini, 2020).

O VALOR DO ACESSO “GRATUITO”

O navegador aparentemente tem acesso gratuito às plataformas, páginas e *blogs* que existem na Internet. Porém, para acessá-las nas redes sociais *online* e ou nos aplicativos¹³, é necessário que ele faça um cadastro prévio ou crie uma página, ou seja, o usuário precisa fornecer informações sobre si em um contexto do qual ele não tem controle (Lessig, 2006).

Um estudo realizado na Universidade de Maryland, em 2011, revelou que, em vez de se “analisar o conteúdo das listas dos usuário (programas de TV favoritos, atividades e música, entre outros)”, os “‘metadados’ – como a quantidade de informação compartilhada – acabaram se revelando muito mais úteis e preditivos do que os originais dados brutos”, o que demonstra como o escore de um usuário prediz “um traço de personalidade com a precisão de pouco mais de um décimo do seu valor real” (Zuboff, 2020, p. 312).

Outro estudo realizado em 2013, por Kosinski, Stillwell e Graepel (citado por Zuboff, 2020, p. 314), mostrou que as curtidas do *Facebook* “podiam estimar de forma automática e precisa uma ampla gama de atributos pessoais que os usuários em geral acreditam ser privados”, como “orientação sexual, etnia, opiniões políticas e religiosas, traços da personalidade, ..., grau de felicidade, uso de substâncias que causem dependência, separação entre os pais de uma criança, idade e gênero”. A captura desses dados e desses traços que indicam algo da subjetividade do navegador ocorre porque as grandes instituições de tecnologia da Internet, como *Google*, *Facebook*, *Microsoft*, entre outras, usam *softwares* especializados criados para

vasculhar rostos, vozes, gestos, corpos e cérebro, tudo isso capturado por sensores 'biométricos' e 'de profundezas', muitas vezes associados a câmeras tão pequenas que chegam a ser imperceptíveis, 'discretas'. O complexo de inteligência de máquina é treinado para isolar, capturar e renderizar os comportamentos mais íntimos e sutis, desde uma piscadela involuntária até um maxilar que se abre de surpresa por uma fração de segundo. Combinações de sensores e software podem reconhecer e identificar rostos; estimar a idade, a etnia e o gênero; analisar a direção do olhar e piscadas dos olhos; e acompanhar determinados pontos faciais para interpretar 'microexpressões', movimentos oculares, emoções, estados de espírito, tensão, decepção, tédio, confusão, intenções e mais: tudo na velocidade da vida (Zuboff, 2020, p. 324).

Todos esses dados são usados para aumentar a permanência do navegador nas páginas e *blogs*, o que amplia a captura de dados deste, assim como para encaminhar o melhor anúncio e ou publicações a cada navegador e, consequentemente, estimular o seu consumo, seja de produtos ou de informações. É com base nesses metadados que o *Facebook* e outras páginas conseguem ajustar o anúncio à privacidade do internauta. E é por isso que Mark Zuckerberg anunciou, em 2010, que privacidade não era mais uma norma social e que os internautas deviam se adaptar às mudanças (*Facebook 'dark ads' can ...*, 2010), isto é, o navegador deve aceitar que tudo o que faz na rede possa ser coletado, armazenado, analisado pelos provedores do serviço e/ou páginas acessadas *online*.

A defesa da não privacidade dos internautas chama a atenção e preocupa alguns internautas e pesquisadores, dentre esses a filósofa Carissa Véliz. Esta afirma que "a privacidade é importante porque a falta dela dá aos outros imenso poder sobre nós. Quando outras pessoas sabem muito sobre nós, elas podem interferir em nossas vidas. A privacidade nos protege do poder, ... nos protege contra a discriminação" (Véliz, 2020, p.3 - 4). E cita como exemplo, o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, do uso dos dados de registros públicos efetuado pelos nazistas à procura de judeus.

Segundo a autora, na "França, onde o censo não coletou informação sobre religião por motivos de privacidade, eles [nazistas] encontraram e mataram 25% da população judia ... [e] na Holanda, onde existiam registros detalhados de domicílios, religião, eles encontraram e assassinaram cerca de 75% da população judia" (Véliz, 2020, p. 3 - 4.). Ainda de acordo com ela, se os navegadores são tratados de acordo com os dados (mulher, homem, empregado, desempregado, entre outros) coletados pelos algoritmos, "não somos tratados como cidadãos iguais" e defende que a privacidade deva ser uma preocupação não apenas individual, mas política (Véliz, 2020, p.3 - 4). Isso porque o usuário não tem o poder sobre o funcionamento da rede, assim como não pode decidir como seus dados serão usados, correndo o risco de esses últimos serem, inclusive, usados de uma maneira que o prejudique (Clavell, 2015).

Apesar do preço pago pela gratuidade, Flichy (2001) acredita que os fóruns criados para o público em geral ainda mantêm a característica inicial da rede e podem desempenhar um importante papel para disseminar informações relevantes, uma vez que o navegador é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de informação, podendo publicar e acessar conteúdos e produtos variados que circulam pela rede, por meio de *sites*, *blogs* e redes sociais. Já para Barabási (2002), a rede deixou de ser um espaço de apenas acesso à informação e passou a ser mais um lugar conquistado pelos empresários, quando perceberam as possibilidades de comércio que poderiam realizar na Internet.

A arquitetura inicial da Internet foi desenvolvida por uma geração não comercial - pesquisadores e *hackers*, focados na construção de uma rede; já a segunda geração foi construída a partir do interesse comercial, da defesa da liberdade dos fundadores e da insistência no “direito de um espaço sem lei” (Zuboff, 2020, p. 122), ou melhor, na liberdade das grandes instituições privadas de tecnologia¹⁴ que atuam na rede e que estes possam ditar como ela deve funcionar.

Essa diferença de idealização, interesses e objetivos, primordialmente comerciais, determina a diferença entre a rede inicial e a rede que hoje acessamos. De acordo com Lessig (2006, p. 04, tradução nossa), essa “mão invisível, empurrada pelo governo e pelo comércio, está construindo uma arquitetura que irá aperfeiçoar, controlar e possibilitar uma regulação altamente eficiente” da rede e consequentemente de quem a usar. E o ciberespaço deixado por si próprio “tornar-se-á uma perfeita ferramenta de controle”, pois a sua mão invisível está “construindo uma arquitetura que é exatamente o oposto do que era quando surgiu” (Lessig, 2006, p. 04, tradução nossa).

Aparentemente vem acontecendo o que Wiener já denunciava em 1954, mas com uma pequena diferença: ele tinha medo do controle que o Estado¹⁵ poderia fazer, no entanto, o quem vem controlando e enriquecendo no Ocidente é um grupo pequeno, mas forte, de empresários que controlam o funcionamento da rede. Lessig (2006, p.4, tradução nossa) chama a atenção ao afirmar que a “luta neste mundo não será pelo governo, será para garantir que as liberdades essenciais sejam preservadas neste ambiente de controle perfeito”.

Embora cada acesso à rede não seja gratuito e ainda que exista a coleta e o uso de dados dos usuários pelas plataformas e ocorra a sugestionabilidade de conteúdo, é possível constatar que alguns navegadores e representantes de alguns movimentos sociais com pouca e ou sem lugar de voz na sociedade também conseguiram um lugar de voz na Internet (Nemer, 2021). Apesar desse novo lugar de organização, mobilização e expressão, eles não estão entre os que ganham financeiramente com a rede e nem são os que direcionam o conteúdo que irá ser exibido ao navegador em suas buscas. E infelizmente sua realidade social mudou muito pouco e, em alguns casos, houve um aumento das “tensões políticas” (Miguel, 2003, p. 123).

Não obstante, é preciso reconhecer a importância desse espaço ocupado por tais grupos, visto que muitos têm conseguido pelos menos denunciar e dar visibilidade aos maus tratos e às discrepâncias sociais da nossa sociedade, assim como há quem consiga mobilizar e deixar claro a necessidade de mudanças sociais, econômicas e políticas, além de criarem uma rede de apoio entre seus membros e colaboradores.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Poderíamos, aqui, após vermos como atualmente a Internet funciona e por quem é gerida, nos perguntarmos, se, de certa maneira, não estamos vivendo na *Matrix*, mas com uma pequena diferença: não alimentamos a rede, o sistema, com o sangue humano, retirado durante o sono e o sonho induzido, como no filme das irmãs *Wachowski*¹⁶, mas por meio do acesso às redes, visualizando, publicando, compartilhando, comentando e curtindo. Isso porque são os navegadores que dão vida às redes e, consequentemente, fornecem dados que os algoritmos usam posteriormente para induzir não apenas a navegação e produtos a serem consumidos, mas também até os discursos que esses proferem nas redes e fora delas. Afinal, para acessar esses serviços, sempre oferecem dados, ainda que não percebam, como a localização geográfica, a comida preferida. E mesmo as pessoas que não utilizam algum aplicativo

e/ou serviço *online*, osque não acessam a rede diretamente, são atravessados por ela, visto que os vários serviços públicos e privados acessados por tais usuários fazem uso da tecnologia atual por meio da Internet.

O usuário, ao fazer uso da rede e seus derivados, não está apenas tendo seus dados coletados e recebendo publicações direcionadas, mas está, também, sutilmente mudando sua linguagem, seu modo de se comunicar, interagir com o outro, de se informar, de se organizar econômica, política e socialmente.

A maneira como os algoritmos e todo aparato criado para captar e capturar informações do usuário, indo do comportamento aparente, aos seus laços sociais, seu discurso e até aquilo que não sabe bem que deseja, mas que o algoritmo lhe dá sinais de que deseja, ou seja, essa arquitetura de funcionamento consegue perceber traços muito particulares do usuário, do que muitas vezes não foi revelado a ninguém e, dessa forma, direcionar os conteúdos a este, de certa maneira cerceando a sua liberdade. Isso evidencia que a navegação do internauta na rede não ocorre de maneira tão livre como se supõe. Esse ponto nos suscita a seguinte interrogação: _Será que, na rede, somos livres mesmo? Ou somos livres para escolher dentre aquilo que já nos foi previamente ofertado? Christian Dunker (2021, p. 15) chega a perguntar: _Nas redes, podemos “escolher livremente mudar de querer? Eis aqui mais uma questão para nós, pesquisadores da área.

Esse poder de manter o navegador em um imaginário, por meio do conteúdo direcionado, das predileções, do convívio nas bolhas, contribuindo para que o eu - que se constitui por uma multiplicidade de identificações, que ocorre ao longo da vida do sujeito (Freud, 1923; Lacan, 1949) - mantenha-se ainda mais alienado, quase sempre ao que já se identifica, inviabilizando uma relação de alteridade entre os sujeitos. Esse fortalecimento da alienação do eu pode contribuir para o fortalecimento dos discursos conservadores, racistas, xenófobos, agressivos, de desrespeito e até a recusa em reconhecer o outro em sua singularidade, de forma a dificultar, assim, o convívio com o outro, com o estranho e até mesmo com o familiar, que causa estranheza ao exibir suas pequenas diferenças (Freud, 1930).

Outra questão que chama a atenção e que merece um olhar atento diz respeito ao uso político da rede por defensores do fascismo, das posições sectárias, racistas, xenófobas e agressivas. Em muitos momentos, esses discursos conservadores e até agressivos saem das redes e vão para as ruas como temos visto, principalmente, em períodos eleitorais e são usados não apenas entre os indivíduos, mas também para fins políticos, em que líderes se aproveitam da arquitetura da rede a fim de polarizar as discussões. Infelizmente, com isso, potencializam e até aumentam a agressividade e a violência entre os sujeitos de um dado lugar e ou posição social, política, econômica, cultural, etc.

Pensando nessas questões, existe uma defesa de que a Internet, os provedores, as páginas, os aplicativos, os *sites*, os *blogs*, as redes sociais *online* funcionem a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Carta de Direitos Humanos e princípios para Internet, 2015) e sejam “susceptível de ser investida pelo poder público” (Loveluck, 2018, p. 169).

É importante assinalar, ainda, que há uma diferença entre o capitalismo e a tecnologia (Zuboff, 2020), e que é a tecnologia digital (Goldberg & Akimoto, 2012) que vem sendo usada pelo capitalismo como mais um meio de ganhos financeiros e de poder político. Isso se dá em razão de que as empresas de tecnologia digital têm sido as responsáveis pela arquitetura atual da rede, concentrando, assim, um grande poder na mão de um pequeno grupo de empresários de tecnologia digital.

Diante das análises feitas neste breve estudo, ousamos sinalizar, mas não concluir, que parece um pouco difícil mudar de querer, mudar de vontade no convívio das redes sociais *online*. E chamamos a atenção para a importância em pensarmos e estudarmos a rede, a sua arquitetura, a implicação dela em nossas vidas, na subjetividade contemporânea, não apenas para entender seu funcionamento, mas para encontrarmos meios de podermos continuar a usar a tecnologia, mas com uma nova arquitetura, uma rede que fomente o diálogo, o convívio com o outro, com outras culturas, outros discursos e a viabilização de novos laços sociais.

REFERÊNCIAS

- Barabási, Albert-László. (2002). *Linked: a nova ciência dos networks*. Como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências. Tradução Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.
- Carta de Direitos Humanos e Princípios para a Internet. (2015). IGF Internet Governance Forum. (Online). United Nations. Tradução: Gabriel Pennachi Z. N. Itagiba. Recuperado de: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/IRPC_booklet_brazilian-portuguese_final_v2.pdf. Acesso em 23 mar. 2021.
- Cardon, Dominique. (2013). *Politique des algorithme – Présentation*. CAIRN.INFO. (Site). Recuperado de: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2013-1-page-9.htm>. Acesso em 15 out. 2020.
- Castells, Manuel. (2003). *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cibernética. Wikipédia. (2020). Recuperado de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cibern%C3%A9tica>. Acesso em 05 out. 2020.
- Clavell, Gemma Galdon. (2015). *O que acontece com nossos dados na internet?* Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/12/tecnologia/1434103095_932305.html. Acesso em 13 de abr. 2022.
- Creemers, Rogier. (2015). *China's chilling plan to use credit ratings to keep score on its citizens*. CNN. Recuperado de: <https://edition.cnn.com/2015/10/27/opinions/china-social-credit-score-creemers/index.html>. Acesso em 22 set. 2020.
- Dâmaso, Livia. (2020). *O que é app? Quatro perguntas e respostas sobre aplicativos para celular*. Tech Tudo. Recuperado de: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-app-quatro-perguntas-e-respostas-sobre-aplicativos-para-celular.gh.html>. Acesso em 22 ago. 2020.

- Dicionário de Ciências Sociais. (1986). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação; Benedicto Silva, Coordenação Geral: Antônio de Miranda Netto et al. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 1.127.
- Dunker, Christian. (2021). Prefácio. In: Goldberg, Leonardo; Akimoto, Claudio. O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história. São Paulo: Edições 70.
- Eleitor de Bolsonaro mata mestre de capoeira por declarar votos no PT. Brasil de Fato. (SITE). 2018. Recuperado de: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/08/referencia-da-capoeira-e-da-cultura-afro-e-assassinado-apos-discussao-politica-na-ba>. Acesso em 14 mar. 2021.
- Facebook 'dark ads' can swing political opinions, research shows. (2017). The Guardian. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/technology/2017/jul/31/facebook-dark-ads-can-swing-opinions-politics-research-shows>. Acesso em 09 set. 2020.
- Flichy, Patrice. (2001). The imaginary of Internet. Recuperado de: https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/flichy4.pdf. Acesso em 04 de ago. 2020.
- Fratini, Juliana. (Org). (2020). Campanhas políticas nas redes sociais. 1. Ed. São Paulo: Matrix.
- Freud, Sigmund. (1996). Psicologia das Massas e análise do eu. In: Freud, Sigmund. Além do princípio do prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII. (Original publicado em 1921).
- Freud, Sigmund. (1996). O ego e o id. In: Freud, Sigmund. O ego e o id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX. (Original publicado em 1923).
- Freud, Sigmund. (1996). O mal-estar da civilização. In: Freud, Sigmund. O futuro de uma ilusão, o mal-estar da civilização e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, p. 67- 150. (Original publicado em 1929-1930).
- Gaspar, Jean-Luc; Silva Junior, Nelson da. (2014). Les Subjectivités de notre temps. ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade. v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1299>. Acesso em: 18 out. 2018.
- Han, Byung-Chul. (2018). Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- Hiller, Marcos. (2014). Ou você domina o algoritmo do Facebook, ou ele te domina. Administradores (Blog). Recuperado de: <https://administradores.com.br/artigos/ou-voce-domina-o-algoritmo-do-facebook-ou-ele-te-domina>. Acesso em 17 jul. 2019.
- Illari, Denise S. Mayumi. (2017). Dez anos para se pensar a contracultura dos anos 1960. Recuperado de: <https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Contracultura.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

- Kaufman, Dora. (2020). Inteligência artificial: novos modos de persuasão. In: FRATINI, Juliana (org.). (2020). Campanhas políticas nas redes sociais. 1. Ed. São Paulo: Matrix, p. 93-106.
- Kemp, Simon. (2019). Digital 2019: Global Internet Use Accelerates. We are social (Blog). Recuperado de: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em 17 abr. 2021.
- Lacan, Jacques. (2003). Os Complexos Familiares na formação do indivíduo. In: LACAN, Jacques. Outros Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 29-90. (Original publicado em 1938).
- Lacan, Jacques. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: Lacan, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 96-103. (Original publicado em 1949).
- Lanier, Jaron. (2018). Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais. Tradução Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Lemos, Joelma Galvão. (2018). O uso político do discurso de ódio no Brasil: um estudo de caso no Facebook (2016 – 2017). Dissertação. Recuperado de: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10106> 15 de abr. 2022.
- Lessig, Lawrence. (2006). Code: Version 2.0. New York: Basic Books. Recuperado de: <https://pt.scribd.com/document/224551152/Lessig-Codev2-pdf>. Acesso em 23 jun. 2020. (Original publicado em 1999).
- Lilly & Lana Wachowski. (2021). Wikipédia. Recuperado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lilly_e_Lana_Wachowski. Acesso em 10 mar. 2021.
- Loveluck, Benjamin. (2018). Redes, liberdades e controle: uma genealogia política da internet. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes.
- Miguel, Luis Felipe. (2003). Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.18, nº51. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>. Acesso em 13 mar. 2019.
- Montesanti, Beatriz. (2018). Além dos EUA: como a Cambridge Analytica atuava em eleições pelo mundo. UOL (Site). Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/24/como-a-cambridge-analytica-atuava-para-alem-dos-eua.htm>. Acesso em 13 mar. 2019.
- Morozov, Evgeny. (2018). Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Traduzido por Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora.
- Naísa, Letícia. (2019). Por que os millennials e a geração Z nunca atendem telefone? UOL (Site). Recuperado de: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/15/por-que-raios-os-millennials-nao-atendem-telefone.htm> Acesso

em 20 out. 2019.

Nemer, David. (2021). Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes.

O que é um link. (2020). Internet (Blog). Recuperado de: <https://sites.google.com/site/sitesrecord/o-que-e-um-link>. Acessado em 17 mar. 2021.

O'neil, Cathy. (2020). Algoritmos de destruição em massa. Como a big data aumenta a desigualdade e ameaça à democracia. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão.

Pariser, Eli. (2011). The Filter Bubble: What the Internet is hiding from you. Recuperado de: https://www.lse.ac.uk/assets/richmedia/channels/publicLecturesAndEvents/slides/20110620_1830_theFilterBubble_sl.pdf. Acesso em 11 de jun. 2020.

Plataformas digitais: o que são e quais as melhores para sua empresa. (2020). Recuperado de: <https://neilpatel.com/br/blog/plataformas-digitais/>. Acesso em 10 set. 2020.

Rouvroy, Antoinette & Berns, Thomas. (2010). Détecter et prévenir: de la digitalisation des corps et de la docilité des normes. Recuperado de: <http://www.crid.be/pdf/public/6243.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

Significado de YouTube. Recuperado de: <https://www.significados.com.br/youtube/>. Acesso em 15 abr. 2022.

Vedel, Thierry. (2003). L'idée de démocratie électronique origines, visions, questions. Recuperado de: <https://digital-society-forum.orange.com/doc/l-idee-de-democratie-electronique-th-vedel.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

Véliz, Carissa. (2020). Falta de privacidade mata mais que terrorismo: o surpreendente alerta da professora de Oxford. BBC News Mundo. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54558878>. Acesso em 12 de mar. 2021.

WhatsApp. Recuperado de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>. Acesso em 14 de abr. 2022.

Wiener, Norbert. (1954). Cibernética e sociedade: O uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix. Recuperado de: https://monoskop.org/images/c/c0/Wiener_Norbert_Cibernetica_e_sociedade_O_uso_humano_de_seres_humanos.pdf. Acesso em 21 ago. 2020.

YouTube. (2022). Wikipédia. Recuperado de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>. Acesso em 14 de abr. 2022.

Zuboff, Shoshana. (2020). A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder; tradução George Schlesing. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Notas

¹ O termo “contracultura” refere-se a um movimento cultural que se desenvolveu inicialmente nos Estados Unidos, no contexto dos movimentos estudantis e da Guerra do Vietnã, espalhando-se em seguida a diversos outros países. Além das já citadas manifestações do período pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres e negros, pela liberação sexual, pelo movimento pacifista e antiguerra, pela defesa da ecologia e o combate a autoritarismos de todos os tipos, a contracultura abarcava também a experimentação e o uso de substâncias lisérgicas e drogas mais leves, como a maconha, a disseminação de práticas esotéricas vindas do Oriente, novas bandas pop, de rock e folk, e a formação de comunidades alternativas nas quais comunidades hippies passariam a se formar, longe dos grandes centros urbanos, em busca de uma vida livre e comunitária integrada à natureza, independente e longe dos grilhões da civilização e do “sistema” (Ilari, 2017).

² Plataformas digitais são modelos de negócios que funcionam na Internet. É um ambiente online que conecta quem produz a quem consome, permitindo uma relação de troca, muito além da simples compra e venda. Essa podem ser usadas para trabalho, lazer e entretenimento, entre outros (Plataformas digitais, 2020).

³ Hubs: são conectores, ou seja, uma página que está ligada a várias páginas. O Google ou a Amazon, são hubs. Os hubs são “nós dotados de um número extraordinariamente grande de links” (Barabási, 2002, p. 49) e “para onde quer que nos viremos, sempre existe um link, apontando na direção deles” (Barabási, 2002, p. 88).

⁴ Cluster: termo em inglês que significa agrupar, aglomerar. “A Clusterização, ocorre quando nós [ponto de conexão] são conectados a apenas nós em que este cluster teria um papel central ...” (Barabási, 2002, p. 88).

⁵ Link: referência a uma outra página, um outro documento, de certa maneira um “endereço” na web (O que é um link, 2020).

⁶ Bummer: “Behaviors of User Modified, and Made into an Empire for Rent” - Comportamento de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar. A Bummer é uma máquina estatística que vive nas nuvens da computação. Mesmo em sua melhor forma, os algoritmos da Bummer só consegue calcular as chances de uma pessoa agir de determinada maneira. Mas, em conjunto, probabilidades individuais acabam se aproximando de uma média de certeza quando falamos de um grande número de pessoas. A população geral pode ser afetada com maior previsibilidade do que um único indivíduo (Lanier, 2018, p. 43). Bummer é um sistema automático que foi posto em funcionamento para otimizar a si mesmo (Lanier, 2018, p. 81).

⁷ Eleições 2018, um eleitor do candidato eleito à presidente, assassinou um eleitor do candidato da oposição na cidade de Salvador. (Eleitor de Bolsonaro mata..., 2018).

⁸ Entende-se por sistema, o conjunto de coisas que ordenamento entrelaçadas contribuem para determinado fim; trata-se, portanto, de um todo coerente cujos diferentes elementos são interdependentes e constituem uma unidade completa (Dicionário de Ciências Sociais, 1986, p. 1.127).

⁹ David Nemer em Tecnologia do Oprimido, aborda como moradores de favelas de Vitória se apropriaram de tecnologias cotidianas e as utilizam a fim de aliviar a opressão em suas vidas (DENER, 2021).

¹⁰ WhatsApp: aplicativo de mensagens instantâneas, chamadas de voz e vídeo (WhatsApp, 2022).

¹¹ TikTok: rede social para compartilhamento de vídeos curtos (Félix, 2020).

¹² Youtube: plataforma de compartilhamento de vídeos (Significado de YouTube, 2022).

¹³ Aplicativos são programas de software presentes em celulares Android, iPhone (iOS), e em outros diversos dispositivos inteligentes, como smart TVs. Os apps podem ser gratuitos ou pagos e desempenham diversas funções: mensageiros online, editores de fotos e vídeos, etc. (Dâmaso, 2019).

¹⁴ Instituições privadas que atuam na rede, as empresas Google, Facebook, Microsoft, Apple e Amazon que não apenas geram conteúdos e serviços, mas que compilam e ganham com os dados coletados dos navegadores, ou seja, esse grupo restrito formado por grandes empresários que atuam na rede.

¹⁵ O Governo Chinês usa a exibição dos dados pessoais como uma vantagem ... para melhorar o comportamento dos cidadãos. No país indivíduos e empresas devem ser pontuados em vários aspectos de sua conduta, e essas notas serão integradas dentro de uma base de dados abrangente que é vinculada à informação governamental, mas também a dados coletados por empresas privadas (Creemers, 2015, tradução nossa).

¹⁶ Lilly Wachowski e Lana Wachowski, mais conhecidas como The Wachowski, são diretoras, produtoras e roteiristas. Com a produção da trilogia cinematográfica Matrix, filme que descreve um futuro distópico em que a realidade, como percebida pela maioria dos humanos era uma realidade simulada pela Matrix (Wikipédia, 2021).